

Paper do NAEA Volume 28

Consumo na e da natureza: políticas ambientais e práticas de turismo na ilha do Combu

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues¹



RESUMO

O estudo analisa como as práticas atuais de lazer e turismo vem transformando o espaço da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, e como acontece a atuação do Estado e das políticas ambientais nesse contexto. Como procedimentos metodológicos, realizou-se a observação sistemática da paisagem, análise documental das políticas ambientais e formulários com o auxílio da netnografia, para identificar a origem dos visitantes, a infraestrutura de serviços e as principais motivações para visitação; coleta de dados secundários em revistas, jornais, disserta es, teses e páginas de notícias. Os resultados apontaram a ausência e a precariedade dos instrumentos técnicos de gerenciamento da APA, principalmente pela ausência do plano de manejo. Esse mecanismo, s  poderá ser efetivo se em sua composi o considerar as particularidades e singularidades da Ilha, que revelam o cotidiano das comunidades locais, que devem permanecer com seus direitos de uso da floresta, do rio e da cidade.

Palavras-chave:  rea de Prote o Ambiental. Produ o do espaço. Ilha do Combu. Belém. Políticas Ambientais.

¹ Turismóloga pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestre em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-Gradua o em Desenvolvimento Sustentável do Trópico  mido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Email: agflaviana@gmail.com.

ABSTRACT

The study analyzes how the current practices of leisure and tourism have been transforming the area of the Environmental Protection Area of the Combu Island, and how State action and environmental policies occur in this context. The methodological procedures were the systematic observation of the landscape, systematic observation of the landscape, documentary analysis of environmental policies and forms of netnography, identify the origin of visitors, the infrastructure of services and the motivations for visitation; collect information in magazines, newspapers, dissertations, theses and news pages. The results pointed out the absence and precariousness of APA's technical management tools, because there is no management plan. This mechanism, will be effective if its composition considers the particularities and singularities of the Island, when showing the daily lives of local communities, must remain with their forest, river and city use rights.

Keywords: Environmental Protection Area. Production of space. Combu Island. Belém. Environmental policies.

INTRODUÇÃO

Belém tem tido destaque nos veículos de comunicação locais e nacionais, por seu potencial cultural gastronômico e pela biodiversidade. As novas ações apresentadas nos planos e nos projetos dos agentes e promotores territoriais, afirmam que a culinária paraense desponta como a que melhor representa o Brasil, por suas características peculiares que remetem à origem indígena, como também pela variedade de sementes, frutos e raízes originadas da floresta.

A Ilha do Combu, localizada na parte sul de Belém, é um desses espaços que ainda revelam uma Amazônia ribeirinha. Ambiente de seringueiros, castanheiros, pupunheiros, cupueiros, pescadores, catadores de caranguejo, feirantes, carregadores, lavadeiras, parteiras, carpinteiros, rezadeiras, professores, enfermeiros e tantos outros, a Ilha trata-se de um local complexo e múltiplo dos processos sociais que a envolvem a cidade, sendo dividida em quatro comunidades: Igarapé Combu, Igarapé Piriquitaquara ou Paciência, Furo de São Benedito e Comunidade Beira Rio.

O local faz parte do Distrito Administrativo do Outeiro (DAOUT), estando cerca de 1,5 km de distância em relação à orla continental (PDITS, 2010). A travessia feita por embarcações, é o único meio de chegar ao local, e dura em média 15 minutos. A ocupação humana do Combu constitui-se quase que totalmente por ribeirinhos, cuja distribuição espacial não está concentrada e nem tão dispersa. As casas e palafitas espalham-se ao longo das margens de igarapés, furos de rio e no decurso da orla insular (MATTA, 2006). A população residente procura conservar a floresta, de onde extrai parte de seu sustento, praticando atividades de manejo baseadas no saber tradicional, passado de pais para filhos.

Nos últimos anos, os moradores das comunidades estabelecidas na Ilha do Combu veem-se diante de intervenções externas, de novas demandas e da apropriação do local para construção de pousadas, restaurantes, bares e trilhas ecológicas. Da mesma forma, pode-se notar a presença de festas com fins comerciais, passeios de barco organizados por empresas turísticas, assim como grupos em lanchas e jet-skis. A inserção de novos processos e dinâmicas externas, vão de encontro a um modo de vida intimamente ligado às vivências com o rio e com a floresta.

Entre as alterações espaciais que acontecem na ilha, ganham destaque os restaurantes criados para fins de lazer e turismo, oferecendo serviços e propostas de atividades como parquinhos para crianças, trapiches para banho, além das trilhas ecológicas aos que desejam aventurar-se ilha adentro. As atividades mesclam o conhecimento moderno ao conhecimento tradicional, sendo realizadas, em sua maioria, sem o acompanhamento de um guia, precisando o frequentador valer-se das informações fornecidas pelos proprietários dos estabelecimentos, juntamente com o auxílio de moradores ou de placas de sinalização encontradas pelos inúmeros caminhos da ilha.

No Combu é realizado o “turismo de um dia” ou de curta duração, no qual os visitantes permanecem apenas por um período curto, usufruindo das opções de lazer do local e, posteriormente, dirigindo-se de volta às residências, casas de amigos e parentes, ou aos hotéis da cidade. Até o momento, não existe na ilha equipamentos de meios de hospedagem, principalmente pelo fato do local ser uma área de proteção ambiental.

A Ilha surge como um "oásis" na cidade, onde o cotidiano ribeirinho é recriado a partir da inserção de racionalidades que não reconhecem os horizontes simbólicos e imateriais

que configuram o lugar. Nesse ambiente, o elemento natural e cultural é dominado pela "inflação hiperealista do mundo das imagens" (ARANTES, 1999, p. 90) e pelo fortalecimento do papel do mercado, na figura, principalmente, das agências receptoras de turismo que atuam na cidade.

Diante do exposto, o presente trabalho discute a respeito das práticas atuais de lazer e turismo que vem transformando o espaço da Ilha do Combu, e, como se dá a atuação das políticas ambientais nesse contexto, revelando a importância de analisar as leis, os projetos, os planos e ações estratégicas voltados para a APA e sua aplicabilidade à realidade do local. Para isso, valeu-se da contribuição teórica de Santos (1992, 2006, 2014), considerado fundamental para a compreensão da produção espacial e da configuração de novas redes de relações sociais entre os indivíduos, revelando as contradições da sociedade capitalista.

Em relação ao procedimento metodológico, optou-se pela observação sistemática da paisagem, em diferentes dias e horários, pela manhã e tarde, durante o primeiro e o segundo semestre de 2017, e pelas pesquisas documental e bibliográfica, à luz das políticas ambientais inseridas na ilha, principalmente, a partir da criação da Área de Proteção Ambiental. E ainda, a aplicação de formulários on-line, tendo como apoio a netnografia² para análise das interações entre os turistas e o meio. Buscando, assim, ratificar a necessidade em compreender os processos e relações que determinam se o Combu se trata de um espaço turístico ou se o referido local se revela apenas como um ambiente de lazer para os moradores da cidade.

O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU

No Combu estabeleceram-se remanescentes indígenas e quilombolas, obrigados a se afastarem da urbanização acirrada da metrópole pela disputa por terras (DERGAN, 2006; NUNES, 2017) e, posteriormente, por imigrantes nordestinos. A comunidade Igarapé Combu, mais antiga da Ilha, teria se organizado no local por volta de 1915, o que não impede a leitura de relatos da presença humana desde muito antes (CIRILO, 2013).

2 A netnografia é um método oriundo da etnografia, tratando-se de um procedimento metodológico capaz de adaptar a análise etnográfica ao mundo virtual, sendo chamada também, de etnografia virtual. Para Montardo e Rocha (2005), a netnografia é mais utilizada por estudiosos da área de marketing digital, enquanto a etnografia virtual tem uso mais comum entre pesquisadores da área de comunicação social. Nesse estudo, os dados foram obtidos durante todo o segundo semestre de 2017, utilizando-se para a investigação as ferramentas disponíveis entre os recursos de serviços gratuitos on-line do Google Docs (google form), sendo possível criar e disponibilizar formulários virtualmente nas redes sociais instagram (165 formulários) e facebook (74 formulários). Dentre os critérios de escolha dos informantes, procurou-se principalmente, perfis de usuários que tivessem realizado "check-ins" na cidade de Belém durante os últimos anos, em especial, na Ilha do Combu. Dentre as limitações encontradas percebeu-se que, primeiramente, só seria possível abordar os usuários cuja página pessoal estivesse "desbloqueada" para visualizações. Em segundo lugar, observou-se que de 239 formulários prescritos, somente 66 respostas retornaram, isto é 27,6%. Acredita-se que devido os sujeitos abordados não terem o hábito ou técnica de visualização dos chats e caixas de mensagens frequentemente, ou ainda por não optarem pelo envolvimento em determinados assuntos. Em terceiro, nota-se que nessas redes sociais virtuais encontram-se em sua maioria, usuários jovens, o que dificulta a análise de visitas ocorridas em anos anteriores ao de 2010. Por fim, notou-se que a ausência de contato direto com o entrevistado pode oferecer restrições ao andamento da análise etnográfica.

Até o final do século passado, o Combu permaneceu diretamente vinculado ao extrativismo, às relações familiares e de vizinhança entre os membros das comunidades. Essa dinâmica começou a sofrer modificações de ordem externa a partir do final dos anos de 1980.

A construção, organização e funcionamento do Centro Comunitário do Combu surgiu com as novas possibilidades e relações estabelecidas na atualidade, a partir da década de 80 do século XX, principalmente pelo contato com pesquisadores, órgãos e instituições de ensino e pesquisa (DERGAN, 2006, p. 111).

A intensificação das visitas iniciou por meio do contato de órgãos e instituições de ensino e pesquisa, principalmente o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Interessados em realizar estudos diversos, representantes dessa instituição passaram a visitá-la com frequência, possibilitando, assim, os primeiros registros de atividades com características semelhantes às desenvolvidas pelos lugares turísticos (DERGAN, 2006). Entende-se que a partir da vinda de pessoas de outras cidades, do uso dos serviços de transportes, de alimentação, de excursões guiadas por membros da comunidade deu-se início às visitas organizadas na ilha.

Entre os anos de 1987 e 1990, com o apoio financeiro da Fundação Ford, o museu realizou um projeto de extensão sobre o levantamento florístico da ilha, cujo enfoque estava em analisar os componentes biológicos da floresta. De acordo com os resultados que vinham sendo apresentados, o desenvolvimento dessa mata de várzea ocorria de maneira diferenciada da maioria das outras florestas de várzea existentes na Amazônia, haja vista que esse ecossistema se desenvolve a partir dos fluxos constantes da maré (CIRILO, 2013).

A Área de Proteção Ambiental do Combu seguiu a tendência mundial de conscientização por parte de gestores e da população em geral acerca dos problemas causados ao meio ambiente e aos recursos naturais, pelo crescimento econômico planetário acelerado. A competência da gestão, inicialmente, foi atribuída à Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), sendo esta, posteriormente, desmembrada, originando a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Atualmente, cabe ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLOR-BIO) a responsabilidade pela gestão da APA.

Entre as diversas metamorfoses e estratégias de controle capitalista do ambiente ecológico, econômico, social e cultural encontra-se a capacidade que os atores hegemônicos possuem de fundamentar ações de maneira desigual sobre o “espaço banal, espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações” (SANTOS, 2006, p. 283). Nesse sentido, são implantados projetos e ações em áreas de relativa presença da natureza onde são permitidas práticas voltadas para a produção e para o consumo, como é o caso do lazer.

A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo especial à questão ambiental, estabelecendo, entre os princípios constitucionais, que todo cidadão brasileiro tem o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, responde-se, assim, aos anseios de diversas camadas da sociedade que vinham debatendo o assunto desde a década de 1970.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) surge no ano 2000, cujos critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação repercutiram por todos os estados do Brasil. Para que uma unidade de conservação fosse criada era necessária a união de três componentes: estudos técnico-científicos, concordância da sociedade e interesse político (CIRILO, 2013).

No caso da Ilha do Combu, só foi possível reunir esses elementos no ano de 1996, quando o projeto de lei foi encaminhado para o órgão responsável por sua aprovação. Durante seu processo de criação, a APA assumiu algumas especificidades como: foi indicada pelo MPEG; desenvolvida pelo IDESP; e aprovada pela Assembléia Legislativa. Esse tipo de percurso geralmente não acontece, uma vez que na maioria das unidades de conservação estaduais, os projetos de lei são encaminhados pelo gabinete do governador para aprovação na Assembléia Legislativa (CIRILO, 2013). Somente alguns moradores obtiveram conhecimento do processo de criação da área de proteção ambiental, não havendo consulta pública aos habitantes da Ilha, haja vista que na época isso ainda não era uma exigência legal (RIBEIRO, 2010).

Desde sua criação até os anos de 2010, período em que a gestão da APA foi conduzida pela SEMA, os estudos apontam que poucas mudanças por parte da gestão foram significativas na Ilha, com destaque para a proibição da extração do palmito de açai e de outros tipos de madeira, o que nunca foi seguido a risca pelos moradores uma vez que a fiscalização não era frequente no local (RIBEIRO, 2010).

O desenvolvimento do turismo tem relação particular com o processo de criação da APA, uma vez que foi a partir da década de 1980 que se estabeleceram as primeiras relações entre visitantes, empresas de turismo e os representantes das comunidades, principalmente a Beira Rio e o Igarapé Combu, primeiras a receberem as instalações de restaurantes (DERGAN, 2006).

Dessa maneira, o conjunto imbricado de relações várzea-rio-floresta encontrado na Ilha do Combu, vem sofrendo uma série de mudanças ocasionadas pela tentativa de desenvolvimento da atividade turística no local, que ocorre sem que sejam estabelecidos critérios de uso do lugar.

DO TEMPO LENTO DAS RELAÇÕES COTIDIANAS AO TEMPO RÁPIDO DAS PRÁTICAS TURÍSTICAS NA ILHA DO COMBU

No Pará, as agências de comunicação do governo e os conglomerados empresariais de mídia de atuação local e regional juntamente com afiliadas, são responsáveis por controlar os mais variados meios de comunicação (televisão aberta e a cabo, rádio, internet, mídia impressa, publicações, filmes, documentários, promoção de shows e eventos), executando ações publicitárias voltadas para a divulgação dos polos turísticos do Estado nos principais mercados emissores de turistas nacionais e internacionais. Organizações sociais como a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) e a Associação Brasileira das Agências de Viagens (ABAV), também criam bancos de dados permitindo acompanhar a comercialização no setor de alimentação e nas vendas de roteiros e pacotes de viagens.

Esses dados transformam-se em “mercadorias informacionais” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 220), pois indicam quais áreas oferecem abundâncias e quais áreas dispõem de carências para o setor. Nesse sentido, dentre as atividades turísticas realizadas em Belém destacam-se as dos segmentos denominados “turismo de negócios” e “turismo de eventos”, seguidas daquelas que se utilizam da valorização de paisagens culturais e ecológicas, como os segmentos do “turismo de natureza ou ecoturismo” e do “turismo cultural”, voltadas para ocupar o tempo livre dos visitantes, quaisquer que sejam seus motivos de permanência (lazer, eventos ou negócios). Nos últimos anos o Combu teve sua imagem atrelada a uma série de ações midiáticas empresariais e governamentais, entre elas encontram-se (quadro 01):

Quadro 01 – Ilha do Combu: projetos e ações midiáticas empresariais e governamentais

Projeto/ação	Ano	Descrição
Street River	2014	Com a última edição lançada no ano de 2017, denomina-se como a primeira galeria de arte fluvial do mundo, trata-se de um festival de arte urbana que atrai turistas, moradores da cidade, imprensa e profissionais de grafiteagem brasileiros e estrangeiros, para a realização de roteiros até a ilha do Combu, em que casas das comunidades Igarapé Piriquitaquara e Igarapé Combu foram previamente selecionados para receber pintura de diversos artistas do contexto nacional.
Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia e Flor Pará	2014	Em sua 4ª edição, é conduzido pelo Fundo de Apoio à Cacauicultura do Pará (FUNCACAU) e pelo governo do Estado representado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário (SEDAP) e pela Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), responsáveis por unir os setores do agronegócio, cultivo de flores, joias, gastronomia e turismo, tendo a ilha do Combu espaço na feira e nas visitas realizadas pela cidade.
Minissérie policial "Pacto de Sangue"	2016	Produzida pelo canal pago Space, o projeto financiado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine) com o apoio do Governo do Estado, tem por uma das principais locações a ilha do Combu e a região portuária da parte sul de Belém.
Roteiros SETUR	2017	Roteiros diversos executados pela SETUR pelas ilhas de Belém e do Marajó, como o realizado no primeiro semestre de 2017, com um grupo de sete operadores turísticos e jornalistas europeus e brasileiros, com o objetivo de oferecer ao mercado internacional produtos turísticos diferenciados da região.
Feira Internacional do Turismo da Amazônia (FITA)	2017	Atualmente na 8ª edição, que acontece no Centro de Convenções de Belém (HANGAR), também foi responsável por conduzir representantes do SETUR e do mercado local para São Paulo, objetivando divulgar a cozinha paraense para os consumidores de diversos restaurantes paulistanos.
Festival Brasil Sabor	2017	Na sua 13ª edição, o festival percorre o país apresentando pratos de restaurantes vinculados à ABRASEL, organizadora do evento que reconhece esse encontro como o maior da categoria gastronômica.
Festival "Fartura"	2018	O Festival "Fartura: comidas do Brasil", realizado em janeiro de 2018, é voltado para integrar produtos, produtores rurais, chefs de cozinha, indústria e mercados de gastronomia do País. Evento promovido pela empresa brasileira Universo Online (UOL), responsável por elaborar plataformas de pesquisa e conteúdo para diferentes mercados. Na ocasião do festival foi lançado pelo governo estadual o projeto "Rotas Gastronômicas do Pará", composto por quatro roteiros específicos que contemplam os seis polos de desenvolvimento turístico do estado, com destaque para Belém e para a ilha do Marajó.

Fonte: AGÊNCIA PARÁ (2016, 2017 e 2018) e ABRASEL (2017).

Organização: Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

Acredita-se que a veiculação dessas notícias e ações visa chamar atenção para os novos planos econômicos do Estado, tornando-se possíveis tentativas de trazer investidores para cadeias produtivas agrícolas, como a do cacau, e também para o desenvolvimento da gastronomia e do turismo no Estado. Essa afirmativa tem como base a leitura preliminar do plano de desenvolvimento econômico "PARÁ 2030" do governo estadual, em que se criam ambientes atrativos para investimentos privados na região (PARÁ, 2016).

O Combu passa a configurar um espaço de consumo onde o valor de uso é revertido em valor de troca, implicando em diferentes formas de apropriação privada, motivada por essa demanda (o turista). Nessa perspectiva, a partir dos resultados da análise netográfica realizou-se uma sistematização por meio de tabelas, que visam compreender a forma como se dá a presença desse agente nas dinâmicas da ilha.

Tabela 01 – Ilha do Combu: origem dos visitantes

Origem dos visitantes	Abs.	%
Outro estado	36	54,5
Belém	17	25,8
Região Metropolitana	6	9,1
Interior do estado	5	7,6
Outro país	2	3
Total	66	100

Fonte: formulários on-line, julho a dezembro de 2017.

A tabela 01, que trata da origem dos indivíduos que visitaram a Ilha, ratifica-se que o local vem chamando a atenção de consumidores do lugar turístico, adaptado para a fruição de atividades programadas. Dentre os sujeitos abordados, destacam-se os pertencentes a outros estados do Brasil, 54,5% dos informantes disseram vir, em sua maioria, das cidades de São Paulo, Fortaleza, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. Em segundo lugar, encontra-se a própria população de Belém, com 25,8% das presenças de visitantes na área. Isso se deve principalmente à proximidade da Ilha da parte continental, estando ao “lado” da cidade, como alguns dos visitantes informaram. Por sua vez, dentre os visitantes de origem regional encontram-se os pertencentes aos municípios de Ananindeua, Castanhal e Santarém. Por fim, com um percentual pouco significativo, apenas 3% das respostas, encontram-se os de origem internacional (Braga e Paris). Isso não quer dizer que a presença desse tipo de turista não seja cada vez mais comum, especialmente se levarmos em consideração os eventos de porte internacional que vêm acontecendo nos últimos anos em Belém.

Desse modo, ratifica-se que o principal elemento que confirma o local turístico, é o turista. A presença dele em um lugar, ainda que sozinho ou em grupo, pode ser considerada para a prática social do turismo (CRUZ, 2003).

Tabela 02 – Ilha do Combu: período de visitas

Período (em anos)	Abs.	%
Antes de 1980	0	0
1980-1985	1	2,3
1986-1990	1	2,3
1991-1995	1	2,3
1996-2000	1	2,3
2001-2005	3	4,7
2006-2010	5	11,6
2011-2015	5	11,6
2016 até o período atual	49	62,9
Total	66	100

Fonte: formulários on-line, julho a dezembro de 2017.

A tabela 02 mostra o predomínio de visitas recentes, confirmando o atual “investimento em marketing, considerado ao mesmo tempo um resultado e uma estratégia dos processos de reestruturação urbana” (SÁNCHEZ, 1997, p. 5). Dos informantes, a maioria esteve na Ilha entre os anos de 2016 e 2017. Em segundo, aparecem aqueles que estiveram entre os períodos de 2011 a 2015 e 2006 a 2010, e em terceiro, os que visitaram no período de 2001 a 2005. Os dados confirmam que a intensificação dos deslocamentos temporários passou a ocorrer mais recentemente, atestando o contexto socioeconômico e político atual de Belém, que promove a sua valorização ambiental e cultural, colocando a ilha entre um dos mais importantes recursos turísticos da cidade.

Tabela 03 – Ilha do Combu: formas de acesso

Característica	Abs.	%
Embarcação de hotel	0	0
Embarcação própria	1	1,5
Embarcação agência de turismo	2	3
Embarcação de amigos	3	4,5
Embarcação regular (Praça Princesa Isabel)	60	91
Total	66	100

Fonte: formulários on-line, julho a dezembro de 2017.

A tabela 03 mostra as principais formas de acesso. Em primeiro lugar, aparece a praça Princesa Isabel como a principal opção dos visitantes, com 90,9%. Tal destaque ocorre devido ao local estar relativamente próximo do centro e por ter avenidas importantes como vias de acesso; além de ser um dos pontos da orla de Belém de maior proximidade da Ilha.

A construção do terminal hidroviário da praça Princesa Isabel foi feita pela gestão municipal, no ano de 1998, tendo por objetivo principal a proposta de resgatar o diálogo entre a cidade e o rio. Desde então, nenhuma outra ação expressiva por parte do poder público foi realizada no local.

As embarcações de amigos aparecem em segundo lugar na tabela, com 4,5%, com pouca representatividade. O processo de valorização cultural voltado para a gastronomia permite à população em geral considerar a Ilha do Combu como uma das principais opções de lazer. Esse percentual é seguido pelas embarcações de agências de receptivo local, com 3%. Percebeu-se que mesmo as empresas de receptivo turístico utilizam e favorecem-se do terminal da praça Princesa Isabel como ponto de encontro e acesso à Ilha.

Esse porto, ainda é um importante espaço de deslocamento de moradores e comerciantes das ilhas da parte sul, onde diariamente circulam barcos, lanchas, canoas ou rabetas para realização de diversas atividades cotidianas, como ir à escola, visitar parentes e amigos, fazer compras, ir ao médico, vender produtos nas feiras, como o Porto da Palha, a 450 metros do local.

Tabela 04 – Ilha do Combu: como conheceu

Indicação	Abs.	%
Guia turístico	1	1,5
Blog especializado	2	3
Site de notícias	2	3
Site de turismo	7	10,6
Mora na cidade sempre soube da existência da ilha	17	25,8
Indicação de amigos	37	56,1
Total	66	100

Fonte: formulários on-line, julho a dezembro de 2017.

Os meios de comunicação intensificam a competitividade da Ilha, o consenso imposto pela mídia local e nacional aos moradores da cidade, tornou a indicação de amigos a resposta mais dada pelos informantes, com 56,1%. Isso reforça a ideia que são os sujeitos e a ordem imposta sobre eles se globaliza, por meio de trocas socioculturais desenvolvidas pelas redes de comunicação e não os lugares (CASTROGIOVANNI, 2008; SANTOS, 2014).

Os espaços turísticos envolvem um conjunto de relações de ordem global e local, sendo a atividade turística apenas uma parte desse imenso jogo (CRUZ, 2003). A ilha do Combu vem sendo amplamente divulgada entre as ações e os roteiros desenvolvidos para o polo Belém, especializando-se em função de uma racionalidade que movimenta a rentabilidade econômica local, ao mesmo tempo em que demonstra consideráveis problemas de cunho ambiental e social.

Tabela 05 – Ilha do Combu: atividades de lazer realizadas

Tipo	Abs.	%
Passelo de Jet Ski	0	0
Festividade religiosa	1	1,5
Canoagem	1	1,5
Estava a trabalho (sem atividades de lazer)	3	4,5
Festa particular	5	7,6
Observação de aves	6	9,1
Mergulho	6	9,1
Estava a trabalho (com atividades de lazer)	8	12,1
Banho de Igarapé	20	30,3
Trilha ecológica	21	31,8
Compra de produtos artesanais (cacau, farinha, chocolate, bijuterias)	28	42,4
Passelo de Barco	30	45,5
Culinária	62	93,9

Fonte: formulário on-line, julho a dezembro de 2017.

Na tabela 05, com o recurso de múltipla escolha dado ao informante, uma vez que se esteja na Ilha, é recorrente a realização de várias atividades em um mesmo dia, os resultados demonstram como a floresta e o rio têm seus usos relacionados ao lazer, correspondendo a apreciação da culinária local como uma ação predominante, com 93,9% das respostas.

Nos restaurantes do Combu, tem-se apresentado uma mistura entre elementos da culinária tradicional paraense (de raízes históricas), com componentes e técnicas mais modernas. Os pratos são produzidos e vendidos para um consumidor que exige a experimentação do exótico e do diferente, desde que obedecendo às formas padronizadas e reguladas de produção.

O uso de embarcações também é bastante significativo, uma vez que é a única forma de acessar a ilha, aparecendo em segundo lugar com 45,5%. Os informantes que optaram exclusivamente por essa atividade realizaram apenas o passeio *river tour*, caracterizado por roteiros realizados pelo Rio Guamá e pela Baía do Guajará, acompanhados por um guia de turismo regional, com paradas programadas em locais previamente estabelecidos.

Outra forma comum de consumir o espaço da Ilha é através da compra de produtos orgânicos e artesanais, dentre eles a venda de chocolate, encontrado na pequena fábrica artesanal de beneficiamento do cacau, localizada no furo do Igarapé Combu, representando, dessa maneira, 42,4% das opções dos informantes. Os produtos derivados do cacau encontram-se como um dos mais importantes elementos de atração de visitantes ao espaço da Ilha, sendo, ultimamente o mais propagado pelos meios de comunicação.

Dos vinte e dois restaurantes³ instalados até a conclusão do trabalho de campo, três oferecem trilhas ecológicas dentre os serviços de lazer, cuja preferência se mostrou em 31,8% das respostas. As trilhas identificadas são: do restaurante Saudosa Maloca, fechada para visitação durante o período do trabalho de campo; do Restaurante Solar da Ilha, inaugurada após a pesquisa de campo; da fábrica de chocolate "Filha do Combu", onde é expressiva a presença de cacaeiros e seringueiras; e a "Trilha Combu", localizada ao final do furo Igarapé Combu, construída por uma moradora que enxergou na adaptação dos muitos caminhos existentes em seu terreno, uma forma de se inserir na atividade turística.

Os banhos de igarapé são uma prática comum nos cursos d'água da Ilha, observados por quase toda a extensão da orla, inclusive nos locais onde não há grande incidência de restaurantes. Aos visitantes, atraídos pela beleza natural dos rios, o maior uso ocorre durante os fins de semana e feriados, constando como opção em 30,3% das respostas, enquanto aos moradores a utilização fica disponível nos demais dias da semana.

Mesmo que em menor proporção as atividades de lazer voltadas para a observação de pássaros e mergulho foram apresentadas como existentes pelos informantes, com 9,1% cada. Nota-se ainda, as participações em festas, com 7,6% das respostas, prática muito mais ligada ao valor comercial e à cotidianidade do que ao prazer e ócio que antes era encontrada nas festividades religiosas (com 1,5%), por exemplo.

3 No trabalho de campo, foram mapeados os seguintes estabelecimentos: 1) Comunidade Beira Rio: Casa Combu, Restaurante Ilha Bela, Bar e Restaurante Maloca do Pureza, Bar do Marquinho, Restaurante Solar da Ilha, Restaurante Marina B&B (disponível para aluguel), Bar Remanso; 2) Comunidade Igarapé Combu: Saldosa Maloca, Restaurante Portas Abertas, Restaurante Casaverde, Restaurante Nossa Maloca, Restaurante Sabor da Ilha, Combu Grill, Bar do Índio, Restaurante Ribeirinho, Restaurante Chalé da Ilha, produção de chocolate artesanal Filha do Combu e a Trilha Ecológica Combu; 3) Comunidade Igarapé Piriquitaquara (ou Furo da Paciência): Bar e Restaurante do Boá e Restô da Ilha; 4) Comunidade Furo São Benedito: Restô da Márcia.

Tabela 06 – Combu: percepção do visitante quanto a possíveis melhorias

Percepções	Abs.	%
Segurança	11	17,5
Internet	22	34,4
Sinal de telefonia	23	36,5
Transporte dentro da ilha	24	38,1
Infraestrutura de acesso	32	50,8
Infraestrutura básica dentro da ilha (água potável, saneamento, limpeza urbana, posto de saúde, iluminação pública)	38	60,3

Fonte: formulários on-line, julho a dezembro de 2017.

Percebe-se a ausência de investimentos públicos em estruturas e serviços que possam atender a todas as expectativas geradas sobre a Ilha. Nessa perspectiva, valendo-se do recurso de múltipla escolha, não havendo uma coesão de propostas a serem desenvolvidas no local, 60,3% dos informantes concordam que a infraestrutura e serviços públicos básicos não correspondem ao que se espera de um local turístico. A maioria considera que o ambiente se encontra desamparado pelo poder público. Isso aponta que as políticas e intervenções não seguem o mesmo ritmo das imagens que vêm sendo projetadas sobre o lugar.

Em segundo lugar, com 50,8%, a infraestrutura de acesso, onde está localizada a praça Princesa Isabel e as embarcações para se chegar até a Ilha, não se apresenta em condições adequadas de uso. Dentro desse contexto, muitas são as reivindicações de melhorias nesse local.

O transporte fluvial dentro da Ilha, com 38,1%, embora de grande importância para o uso tanto de moradores quanto de visitantes, vem se apresentando de maneira desigual e conflituosa, visto que muitos barcos não apresentam equipamentos de segurança adequados aos passageiros.

O sinal de telefonia (36,5%) e de internet (34,4%) apresentam-se como limitações para os visitantes. Atualmente, esse tipo de tecnologia é mais encontrada nas comunidades Beira Rio e Igarapé Combu, por sua localização e por ser onde se encontra a grande parte das moradias e restaurantes da Ilha. As tecnologias da informação compõem a dinâmica da maioria dos agentes sociais, sejam eles moradores, comerciantes ou turistas, que a utilizam para realizar uma série de atividades, mantendo-os conectados a outras cidades, estados e até mesmo a outros países.

Para quem mora na Ilha, a falta de acesso à internet e ao sinal de telefonia, incrementos recentes na realidade local, não se torna um impeditivo à realização dos seus momentos lúdicos e econômicos, mas, para o turista, o acesso precário indica um grau de exterioridade relativamente baixo, se contrastado com a maioria dos outros atrativos turísticos disponibilizados na cidade.

A insegurança apresenta-se com 17,5% das respostas, surgindo a necessidade de desenvolverem ações que possam amenizar os problemas de violência e assaltos, principalmente na praça Princesa Isabel.

As agências de receptivo turístico⁴ são os principais responsáveis pelo encadeamento atual da atividade turística na Ilha do Combu. São esses agentes que conectam diretamente o visitante com os serviços turísticos e de lazer prestados na Ilha. Desse modo, o espaço é (re) configurado de acordo com o percurso das embarcações pertencentes ou terceirizadas por essas empresas, criando uma relação de dependência econômica direta entre os comércios da ilha com esses agentes econômicos.

Diante do exposto, o Combu é um desses espaços em que se (re)criam manifestações culturais de um determinado povo para serem “consumidas” (SILVA; SARAIVA, 2016), reforçando o pressuposto implícito e explícito de colocar Belém entre as cidades de “referência global” e “referência mundial” da gastronomia, introduzindo o argumento da modernidade no cenário ribeirinho.

A ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS AMBIENTAIS E DE TURISMO NA ILHA DO COMBU

Considera-se que o mundo é uma somatória de eventos e lugares, em que o tempo não se repete e as circunstâncias nunca são as mesmas. Os acontecimentos falam muito sobre o processo de produção espacial, podendo ser naturais ou históricos, finitos ou infinitos, nunca ocorrendo isoladamente, mas em um conjunto sistêmico, sempre de acordo com as ações dos atores envolvidos (SANTOS, 2014). Desse modo, estabeleceu-se uma síntese cronológica a partir de códigos institucionais, dos principais eventos que marcam a atual gestão da APA Combu (quadro 02):

Quadro 02 – Ilha do Combu: resumo cronológica da jurisdição administrativa

Legislação	Instância governamental	Documento	Dispõe sobre a Ilha do Combu	Instituição responsável
LEI Nº 343/1938	Governo do Estado	Divisão territorial do Pará	Deixa de pertencer ao município de Acaá e passa a integrar o município de Belém	Governo do Estado
LEI Nº 9.780/1948	Governo Federal	Terreno de Marinha	Passa a pertencer aos bens imóveis da União e dá outras providências.	SPU/ITERPA
LEI Nº 7682/1994	Prefeitura de Belém	Regionalização Administrativa do Município de Belém	Passa a fazer parte do 2º Distrito Administrativo - Outeiro (DAOUT)	DAOUT
PORTARIA/ INCRA/P/Nº 168/1996	Governo Federal	Projeto Assentamento Agro-extrativista	Criado em substituição à modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista, essa modalidade é destinada à exploração de área doada de riquezas extrativas, através de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que se ocuparem ou venham ocupá-las.	INCRA
LEI Nº 8.085/1997	Governo do Estado	Criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu	Criada no Município de Belém, enquadrada no grupo de unidades de conservação de uso sustentável do estado do Pará	IDEFLOREBIO

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (1946, 1996), Pará (1938, 1997) e Belém (1994).

4 No trabalho de campo, realizado entre os meses de julho de 2017 à janeiro de 2018, foram identificadas as seguintes empresas de receptivo turístico comercializando passeios na Ilha do Combu: Estação Gabiraba, Amazon Star Turismo, Rocha Tur, Amazon Pará Turismo e Receptivo, Boing Turismo e Eventos, Gekos Receptivo, Brazil Amazon Turismo, Ornatos Embalagens, Amazônia Aventura, Instituto Street River e Valeverde Viagens e Turismo, além de alguns guias de turismo regional, que de maneira independente montam roteiros personalizados para grupos e comercializam em suas páginas pessoais na internet.

A Ilha do Combu, que já pertenceu ao Município do Acará, compõe atualmente o quadro de ilhas que fazem parte do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOOUT), da Prefeitura Municipal de Belém. Trata-se de um ambiente fruto de disputas pelo uso e posse da terra, em razão do seu enquadramento como uma APA, um terreno de marinha e um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), isto é, sua gestão acontece sob a jurisdição de instituições públicas governamentais diferentes, o que requer integrações e negociações coletivas diversas. Nesse sentido, não cabe para fins legais a existência de títulos definitivos e muito menos a possibilidade de venda da terra por parte dos residentes.

Como Área de Proteção Ambiental, a Ilha do Combu foi proclamada por uma legislação pouco esclarecida no que diz respeito às responsabilidades do órgão gestor e das ferramentas de gestão, permanecendo por quase dez anos desconhecida da maioria da população da cidade, restrita ao conhecimento das entidades que a criaram. Mesmo com o reforço diante das mudanças ocorridas na jurisprudência ambiental a partir da criação do SNUC (BRASIL, 2000), no ano 2000, somente após esse período foi constituído seu conselho gestor, de caráter deliberativo, seguido pelo regimento interno no ano seguinte.

Em busca de entendimento sobre a lentidão nos processos e o que motivou a retomada dos interesses sobre a Ilha, observou-se que entre outros motivos, como as mudanças no contexto político nacional e estadual, no ano de 2006, foi firmado um termo de compromisso entre a antiga SECTAM e a Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Esse documento se deu em virtude da compensação ambiental do Projeto Orla, na Bacia da Estrada Nova, atual Portal da Amazônia, que definiu as Ilhas do Combu, Papagaio, Onças, Murutucu, Japaracu e Grande, como áreas de influência direta dos impactos dessa obra (SEMA, 2006). Parte dos recursos financeiros disponíveis pelo Programa de Compensação Ambiental poderiam assim ser revertidos em diversos projetos.

Para agravar a situação de descontentamento das comunidades do Combu perante a gestão pública, a Ilha não dispõe do plano de manejo⁵, instrumento norteador do planejamento e da gestão das unidades de conservação, elaborado a partir da análise dos recursos naturais e das ações antrópicas que ocorrem no local. Nesse sentido, a APA ainda apresenta outros obstáculos, como a falta de programas de ordenamento territorial e a indefinição da sua vocação econômica, considerando que alguns defendem seu potencial turístico e outros defendem a atividade extrativista como a principal fonte de renda dos moradores.

Após tentativas anteriores de contratação de uma entidade especializada na elaboração do plano de manejo, em 2017, deu-se a abertura de uma nova concorrência. No entanto, de acordo com as regras publicadas pelo edital do IDEFLOR-Bio, a entidade vencedora foi considerada inabilitada pela ausência de parte da documentação, tendo um prazo estabelecido para corrigir as divergências, o que não foi identificado até a conclusão da pesquisa.

5 O plano de manejo é um documento técnico mediante o qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso e o manejo dos recursos naturais das unidades de conservação e a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC. Esse instrumento deve abranger a área de atuação e o entorno, incluindo medidas de integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, elaborado no prazo de até cinco anos a partir da data de criação da unidade de conservação (BRASIL, 2000).

Considera-se que, da contratação da empresa até a elaboração e implementação do plano de manejo, caberia ao IDEFLOR–Bio, por sua competência no planejamento e na gestão das unidades de conservação do Estado, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), por sua jurisdição no licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos ao EIA/RIMA ou de "baixo impacto", e ainda favorecendo-se das políticas do PNMA e da própria lei de criação da APA, buscar estratégias de avaliação, fiscalização e encerramento de atividades de empreendimentos gastronômicos, turísticos ou qualquer outra ação individual ou de grupos que comprometa a sobrevivência e subsistência das comunidades da Ilha.

Nas articulações entre as políticas de meio ambiente e as políticas de turismo, bem como suas ações, tem-se, entre os projetos previstos para solucionar parte dos transtornos e valorizar economicamente o Combu, o da construção de uma sede administrativa e a criação de um sistema de abastecimento de água; propostas que seriam viabilizadas por meio dos recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR). Contudo, segundo dados da SETUR (2013) os atrasos na viabilização dos recursos desse programa comprometeram a meta de maior expressividade na etapa inicial, restando a expectativa de que o financiamento fosse liberado no começo de 2015, o que ainda não aconteceu.

No discurso governamental, a Belém gastronômica é a nova imagem do turismo na capital paraense, fazendo parte do novo contexto instituído pela Política de Desenvolvimento Harmônico Sustentável do Estado do Pará (Pará Sustentável) (PARÁ, 2017). Ela segue os moldes da nova política do governo federal, cuja finalidade é a de coordenar ações governamentais e articular parcerias com o setor privado e com a sociedade civil organizada, visando promover o desenvolvimento sustentável, com atuações integradas e sistêmicas.

Nesse sentido, mesmo diante das rupturas que alteram completamente a configuração territorial da Amazônia, não se excluem as resistências e permanências de modos de vida anteriores. As atividades residuais de pesca, de extração dos elementos florestais, assim como comportamentos, linguagens, símbolos, lutam para permanecer na Ilha do Combu. O turismo, ao se apropriar do diferente e do particular nas regiões em que se instala, deve respeitar as relações de horizontalidade e as memórias enraizadas no lugar. Talvez, desse modo, possa haver uma ou várias oportunidades de desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Belém, nos ambientes de maior densidade de componentes naturais e de maior proximidade com o rio, parece que estão sendo criados valores de uso de acordo com as necessidades do mundo da mercadoria, portanto, também valores de troca, vendidos em fragmentos para públicos previamente selecionados. A região insular é um desses exemplos, com forte incidência de comunidades ribeirinhas, marcada pela circulação de barcos e canoas, de pequenos portos, de trapiches e de atividades ligadas ao circuito inferior da economia, demarcando uma dinâmica regional de forte expressão cultural.

A presença de agentes do mercado e das ações promocionais desenvolvidas pelo Governo do Estado, faz com que a região de ilhas torne-se um local propício para a busca por novas aspirações econômicas. Assim, a chegada de novos moradores e empresários para abrir comércios e realizar atividades diversas passa a ocupar um dos centros de disputas socioespaciais.

Em todas as situações analisadas, demonstra-se a ausência e a precariedade dos instrumentos técnicos de gerenciamento da APA, principalmente pela ausência do plano de manejo, que deveria ser a ferramenta prioritária nas ações dos integrantes do conselho e das demais lideranças da Ilha. Acrescenta-se, que esse mecanismo, só poderá de fato ser efetivo se em sua composição considerar as particularidades e singularidades da Ilha; assim como, as práticas residuais refletidas no espaço, que revelam o cotidiano das comunidades ribeirinhas, que devem permanecer com seus direitos de uso da floresta, do rio e da cidade.

Nesse sentido, vislumbra-se a necessidade de se pensar políticas que não fiquem presas a modelos esquemáticos, que reconheçam as dinâmicas e as diferenças no espaço da cidade. Para a realização das práticas do turismo é necessário que sejam estabelecidos pressupostos que valorizem as vivências e trocas de experiências entre os sujeitos que dela participam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. *Diário Oficial do Município de Belém*. Belém, PA, 31 mar. 1990. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

BELÉM. Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a regionalização administrativa do Município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos Distritos Administrativos e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, n. 7.680, 11 jan. 1994.

BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém: Câmara Municipal de Belém, 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria n.268 de 23 de outubro de 1996. Dispõe sobre a modalidade de Projeto de Assentamento Agro-Extrativista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n.208, seção I, p. 21903, 25 out. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 10, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, DF, 2002. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm >. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil: diretrizes políticas*. Brasília, Ministério do Turismo. 2004.

BRASIL. *Secretaria do Patrimônio da União*. Portaria nº 284, 14 de outubro de 2005. Dispõe sobre o Termo de Autorização de Uso. *Diário Oficial da União*, Brasília, out. 2010.

CASTROGIOVANNI, A. C., O Lugar da geografia no entre-lugar do espaço turístico: uma viagem complexa. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA CRITICA, 9, 2007, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: Geocrítica, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/castroge.htm>>. Acesso: 04 out. 2017.

CIRILO, B. B. *O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CRUZ, R. de C. A. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, R. de C. A. *Política de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo).

DERGAN, J. M. B. *História, memória e natureza: as comunidades da Ilha de Combu – Belém (PA) 1980-2006*. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

ELIAS, D. *Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo: Edusp, 2003.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. *Gestão de Unidades de Conservação*. Disponível em: < <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/>>. Acesso em: 07 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Painel dos assentamentos do Brasil*. Disponível em: http://www.incra.gov.br/reforma_agraria. Acesso em: 03 jan. 2018.

LIMA, E. L. O lugar do sujeito em “a natureza do espaço”, de Milton Santos. *Revista Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2013.

MATTA, R. A. A. *Espacialidade e sustentabilidade na Ilha do Combu: um olhar sobre a interface urbano-insular como forma de contribuir para a conservação do espaço na construção da sustentabilidade local*. 2006. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MONTARDO, S. P.; ROCHA, P. J. *Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura*. *Revista E-compós*, Brasília, v. 4, n.55, 2005. Disponível em : < <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/55/55>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

NUNES, T. G. *Viver às margens do rio: identidade e pertença na Ilha do Combu/PA*. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment – ONU 1972. Estocolmo, 1972*. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

PARÁ. Lei nº 158, de 31 de dezembro de 1948. Define os limites municipais do Pará. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, dez. 1948.

PARÁ. Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012. Dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências, nos seguintes termos. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 32.206, 25 jul. 2012.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. *Plano Ver-o-Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará: 2012-2002 – Relatório Executivo*. Belém: Chias Marketing Consultoria, 2011.

PARÁ. Governo do Estado. *Plano Ver-o-Pará: relatório de implantação 2012-2014*. Belém: SETUR, 2015.

PARÁ. Decreto nº 1.570, de 29 de junho de 2016. Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030 e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 33.159, 30 jun. 2016.

RIBEIRO, J. A. *Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combú*, Belém/PA: desafios de implantação e de gestão de uma unidade de conservação. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2010.

SÀNCHEZ, F. *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 6. ed. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 8. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, C. L. O.; SARAIVA, L. A. S. Cidades criativas e a (re)invenção do discurso sobre o espaço urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4, 2016, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: CBEO, 2016. Disponível: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/124/116>> Acesso em 28 jan. 2018.